



TIRA-DÚVIDAS

**Organização
Escolar em Ciclos**
para as Aprendizagens

Ensino Fundamental



TIRA-DÚVIDAS

**Organização
Escolar em Ciclos**
para as Aprendizagens



Ensino Fundamental

Governador do Distrito Federal

Rodrigo Rollemberg

Secretário de Estado de Educação

Júlio Gregório Filho

**Secretário Adjunto de Estado de
Educação do Distrito Federal**

Clóvis Lúcio da Fonseca Sabino

Subsecretário de Educação Básica

Daniel Crepaldi

**Coordenadora de Políticas Educacionais
para a Educação Infantil e Ensino Fundamental**

Klesia de Andrade Matias

Diretor de Ensino Fundamental

Francisco Carlos Soares Costa

Elaboração

Diretoria de Ensino Fundamental

Colaboração

centro de aperfeiçoamento dos
profissionais da educação - EAPE

Projeto Gráfico e diagramação

Laiana Dias

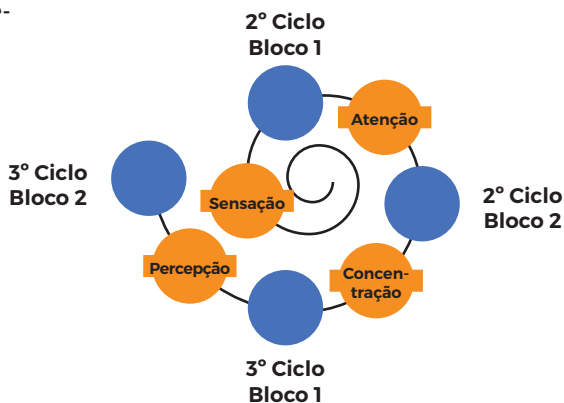
Capa

Tiago Oliveira

Apresentação

A Secretaria de Estado de Educação - SEEDF pretende com os Ciclos para as Aprendizagens aprimorar constantemente os processos de ensinar, aprender e avaliar, tendo como princípio basilar a garantia das aprendizagens para todos os estudantes do Ensino Fundamental. A organização escolar em ciclos apresenta outra sistematização para os espaços e tempos escolares com vistas às aprendizagens. No bojo dessa proposta, ganham relevância a avaliação formativa e a reorganização do trabalho pedagógico, que devem realizar-se coletivamente com, entre e para os sujeitos envolvidos na ação educativa. Assim, o trabalho pedagógico, na lógica dos ciclos, fundamenta-se na concepção de currículo integrado, e de educação integral na valorização

do trabalho interdisciplinar na construção do conhecimento, considerando as múltiplas inteligências e os diversos contextos socioculturais em que os estudantes estão inseridos. As perguntas inseridas neste documento foram coletadas das conversas com professores e gestores nos encontros promovidos para formação.





Objetivos da Política de Ciclos para as Aprendizagens

- Valorização das aprendizagens dos estudantes e seu percurso formativo;
- Aprimorar os processos de ensinar, aprender e avaliar;
- Superar o ensino fragmentado, criando experiências educativas que possibilitem a aprendizagem, a inclusão e o compromisso com a mudança de relações assimétricas de poder;
- Garantir as aprendizagens dos estudantes, num processo de inclusão educacional;
- Melhorar as condições pedagógicas por meio da reorganização do tempo/espaço do e no cotidiano escolar;
- Corrigir o fluxo escolar;
- Tornar mais efetiva a relação professor-estudante;
- Qualificar a avaliação, incluindo o processo contínuo de recuperação das aprendizagens.

A política de Organização Escolar em Ciclos apresenta concepções, estratégias, avaliação e meios para oferecer uma educação pública de qualidade e com foco nas aprendizagens dos estudantes. Nesta perspectiva, deve se considerar a ampliação de tempos, espaços e

oportunidades educacionais. O Ensino Fundamental apresentou significativa melhora no fluxo, nas taxas de rendimento, no índice de abandono escolar e na aprendizagem dos estudantes, se comparadas às Unidades Escolares que estão organizadas no regime de seriação.



Apresentação.....	6
Objetivos da Política de Ciclos para as Aprendizagens.....	7
O que são Ciclos para as Aprendizagens?.....	10
O Conselho de Educação do DF aprovou a Organização Escolar em Ciclos?.....	10
A Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens já foi implementada em alguma unidade escolar?.....	11
Quando os Ciclos para as Aprendizagens serão implementados obrigatoriamente?...	11
Com a implantação dos Ciclos, seguiremos o Currículo da Educação Básica?.....	12
Como deve ser a Organização dos Ciclos para as Aprendizagens nas Unidades Escolares?.....	12
De que forma a Coordenação Pedagógica poderá ser considerada um espaço de Formação Continuada numa instituição com sua Organização em Ciclos para as Aprendizagens?.....	14
Como a formação continuada assume papel relevante na Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens?.....	15
A SEEDF ofertará mais cursos sobre os ciclos aos profissionais da educação?.....	16
Porque a Gestão Democrática é um dos princípios basilares da Organização Escolar em Ciclos?.....	16
Como explicar a Organização em Ciclos para a comunidade escolar?.....	17
Qual a proposta de avaliação nos Ciclos para as Aprendizagens?.....	17
Quais podem ser as estratégias pedagógicas utilizadas na perspectiva da avaliação formativa?.....	18
Como serão utilizadas as redes de apoio: Sala de Recursos, Sala de Apoio à Aprendizagem, SOE e Equipes Especializadas?.....	19
Já existe alguma proposta de avaliação do estudante ou cada escola irá definir de acordo com o PPP?.....	20
Não terá prova no sistema de ciclos?.....	21
O que é progressão continuada?.....	22



Quais as formas de registro de avaliação para o Ensino Fundamental?.....	23
Como será o boletim escolar?.....	25
Existe reprovação na Organização Escolar em Ciclos?.....	26
Como incentivar os estudantes e professores sem a possibilidade de reprovação?... 26	
Qual papel assume o Conselho de Classe na Organização Escolar em Ciclos?.....	27
Como proceder a transferência de estudantes das Unidades Escolares que já implementaram a Política de Organização Escolar em Ciclos?.....	29
Como fica a modulação na escola?.....	29
O que mudará na enturmação dos estudantes nas unidades escolares com a Organização Escolar em Ciclos?.....	30
Como enturmar os estudantes ANEE nas turmas de ensino regular com a ampliação do ciclo?.....	30
Como deve acontecer o atendimento aos estudantes da Educação Especial?.....	31
A quantidade de estudantes por turmas será reduzida com a implantação dos Ciclos?.....	31
Como fazer o reagrupamento em uma escola que não possui espaço físico adequado? Seriam formadas novas turmas (estudantes que alcançaram os objetivos e os que ainda não alcançaram) durante o ano letivo?.....	32
Qual a relação do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares - PAAE com a proposta dos Ciclos para as Aprendizagens?.....	33
Serão destinados professores específicos para o desenvolvimento do Projeto Interventivo?.....	34
Os livros utilizados serão os mesmos do sistema seriado?.....	34
Referências.....	35
Anotações.....	36

1

O que são Ciclos para as Aprendizagens?

Os Ciclos para as Aprendizagens são uma organização do tempo e espaço escolar, tendo em vista o atendimento aos diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes, considerando a lógica do processo, a utilização de uma pedagogia diferenciada sustentada no trabalho coletivo, na avaliação diagnóstica e formativa, que garanta as aprendizagens e a progressão de todos os estudantes matriculados nas

Unidades Escolares. A alteração do modelo de organização escolar seriada para um modelo de Organização Escolar em Ciclos deve proporcionar um trabalho diferenciado que tem como ponto central o estudante e suas aprendizagens. Essa proposta também busca ressignificar a coordenação pedagógica como espaço de formação continuada, na perspectiva da democratização de saberes.

2

O Conselho de Educação do DF aprovou a Organização Escolar em Ciclos?

Sim. A proposta para o 2º Ciclo para as Aprendizagens foi aprovada no parecer 225/2013- CEDF referente ao Processo nº 084.000596/2013 e encontram-se na Portaria nº 285, de 5 de dezembro de 2013. A pro-

posta para o 3º Ciclo para as Aprendizagens foi autorizada pelo parecer Nº 251/2013-CEDF, do Processo nº 084.000665/2013 e homologada na Portaria nº 304, de 30 de dezembro de 2013.

3

A Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens já foi implementada em alguma unidade escolar?

Sim. Das 386 unidades escolares que atendem anos iniciais, atualmente, 223 implantaram o 2º ciclo, e das 210 unidades escolares que atendem aos anos finais, 15 implantaram o 3º ciclo. Algumas escolas já apresentam um ótimo trabalho pedagógico, servindo de modelos que têm sido utilizados por outras Unidades Escolares.

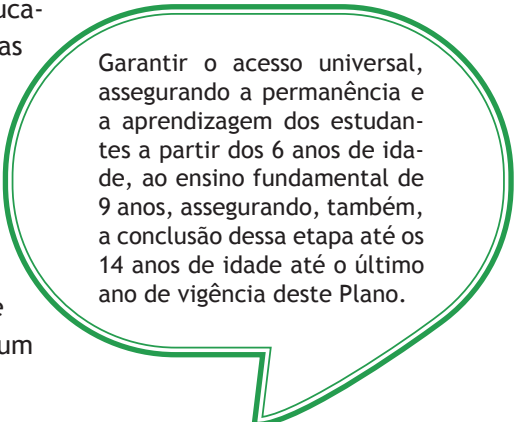
4

Quando os Ciclos para as Aprendizagens serão implementados obrigatoriamente?

Após a elaboração do Plano Nacional de Educação, o Distrito Federal por iniciativa da Secretaria de Estado de Educação e com as orientações do Fórum Nacional de Educação, deu início às ações necessárias à construção democrática do Plano Distrital de Educação - PDE.

Na Lei de Gestão Democrática nº 4.751/2012: consta a realização da Conferência Distrital de Educação, que debateu o projeto do Plano Decenal de Educação do Distrito Federal - um Plano de Estado.

Segundo o Plano Distrital de Educação (PDE) aprovado em 2015 pela lei distrital 5.499, existe a Meta 2, a qual estabelece:



Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano.

E dentre as várias estratégias para alcançar a Meta, o PDE estabelece a Estratégia 2.3 que diz:

Na qual será alcançada através da estratégia - Adotar, após amplo debate com a comunidade escolar, até o terceiro ano de vigência deste Plano, modelo de organização escolar em ciclo, em substituição ao regime seriado, de modo a enfrentar os índices de reprovação e os percursos diferenciados de escolarização.

5

Com a implantação dos Ciclos, seguiremos o Currículo da Educação Básica?

O Currículo da Educação Básica é o documento oficial da SEEDF. O currículo prescrito, independente da forma de organização escolar (seriação ou em ciclos), deve ser orientador das práticas escolares para todas às Unidades Escolares do Distrito Federal. A

perspectiva de ciclos exige que a constituição do currículo da escola, seja pautada nas análises de diagnóstico dos estudantes e das necessidades utilizando o princípio da territorialidade descrito nos pressupostos teóricos do Currículo da Educação Básica.

6

Como deve ser a Organização dos Ciclos para as Aprendizagens nas Unidades Escolares?

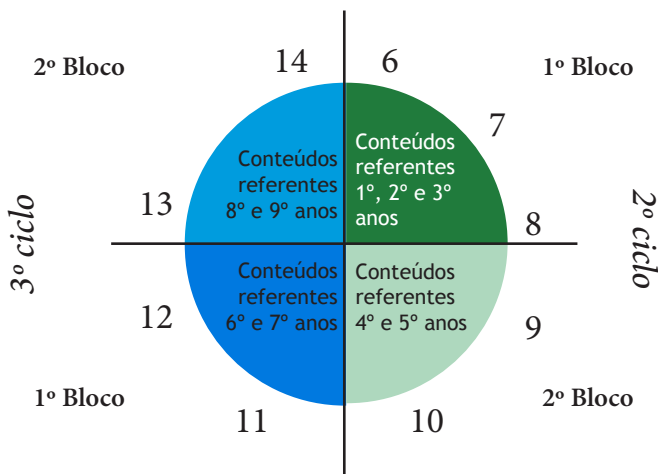
Considerando o perfil dos estudantes, que são sujeitos plurais, com experiências diferenciadas e possibilidades múltiplas de aprendizagens, é

necessário uma compreensão desses como seres humanos integrais, autores de suas histórias e sujeitos de direitos e deveres, tendo como foco suas apren-

dizagens e suas próprias experiências.

Ao implementar a Política de Organização Escolar em Ciclo para as Aprendizagens, é importante manter a proposta de trabalho pautada em Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade) e Integradores (Alfabetização, somente para o Bloco Inicial de Alfabetização - BIA, Letramentos e Ludicidade para todo o Ensino Fundamental).

As estratégias que fundamentam o fazer didático-pedagógico no cotidiano da escola são: a avaliação formativa e diagnóstica, o trabalho pedagógico diversificado (variabilidade didática), a formação continuada e a coordenação coletiva de trabalho pedagógico, conforme as ações didáticas e pedagógicas a serem pensadas pelos profissionais da escola, com a finalidade de assegurar as aprendizagens de todos.



7

De que forma a Coordenação Pedagógica poderá ser considerada um espaço de Formação Continuada numa instituição com sua Organização em Ciclos para as Aprendizagens?

A coordenação pedagógica é uma conquista dos educadores. As Unidades Escolares do Distrito Federal possuem característica peculiar, pois os professores contam com 37% da sua carga horária semanal destinada à coordenação pedagógica, o que possibilita a formação continuada docente em serviço, o planejamento e a avaliação dos trabalhos pedagógicos. O trabalho coletivo requer uma interação entre os professores, que proporcione: o enriquecimento das ações pedagógicas e a interdisciplinaridade. Portanto, sua valorização passa pelo comprometimento dos docentes e

pela gestão da unidade escolar responsável em dinamizá-la a partir do trabalho coletivo.

Assim, a Organização do Trabalho Pedagógico da escola e da aula tem como foco o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, sendo a coordenação pedagógica o espaço primordial dessa construção. Essa possibilidade de trabalho colaborativo, de interações com compromisso mútuo e de formação continuada concretiza-se por meio das ações coletivas e pelas intencionalidades pedagógicas declaradas no Projeto Político-Pedagógico das Unidades Escolares, como compromisso de todos.



8

Como a formação continuada assume papel relevante na Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens?

A formação continuada é um dos elementos fundamentais da Organização Escolar em Ciclos. No DF a formação continuada dos profissionais da educação deve contribuir para a melhoria dos processos de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. A perspectiva assumida é do desenvolvimento profissional docente que contempla, além da formação, a valorização profissional e a melhoria das condições de trabalho num continuum que possibilita a revisão das trajetórias docentes de forma crítico-reflexiva.

A formação continuada dos docentes ocorre ao longo de toda a vida profissional e não deve ser encarada como um complemento para suprir lacunas e fragilidades teóri-

co-metodológicas, mas como um repensar permanente da prática pedagógica no contexto do cotidiano escolar à luz dos estudos e pesquisas. Rudduck (1991), refere-se ao desenvolvimento profissional docente como uma atitude permanente de indagação, de questionamento e de busca por soluções para as questões complexas que emergem no exercício da docência.

Nessa perspectiva, a formação continuada contribui para a apropriação e ou revisão de concepções e práticas pedagógicas, transformando-as em práxis por meio da reflexão crítica de situações e experiências de trabalho vivenciadas na própria escola e da atuação consciente dos docentes.

9

A SEEDF ofertará mais cursos sobre os ciclos aos profissionais da educação?

A formação continuada é di-
retiz e tem sido fortalecida para
otimização da política. O Centro de
Aperfeiçoamento dos Profissionais

de Educação- EAPE, vem, sistemati-
camente, ofertando cursos com essa
temática. Porém, é preciso motivar
e incentivar a adesão nestes cursos.

10

Porque a Gestão Democrática é um dos princípios basilares da Organização Escolar em Ciclos?

A efetivação da gestão demo-
crática não depende exclusivamente
do desenvolvimento de mecanismos
legais que garantam a sua construção
e continuidade. No Distrito Federal
a gestão democrática nas escolas da
Rede Pública de Ensino é regida em
especial, pela Lei nº 4.751 de Gestão
Democrática do Sistema Público de
Ensino do DF.

Os aspectos legais devem
transcender o exercício da escolha
de gestores por meio de voto. De-
vem possibilitar e dar primazia às
decisões coletivas em detrimento
das decisões individuais, à espaços
de reflexão crítica e debate acerca

dos desafios a serem enfrentados e
das alternativas para sua superação
em cada unidade escolar. Portanto,
a construção coletiva do Projeto
Político-Pedagógico da e na escola
deve influenciar e ser influenciada
pelos atores escolares e na consti-
tuição das identidades, como resul-
tado dessas interações.

Em uma nova organização es-
colar é imprescindível que a comu-
nidade escolar participe ativamente
dos processos de gestão e contribuam
com as decisões da escola. Assim to-
dos participam do processo, amplia-
se a sensação de pertencimento e a
coparticipação/corresponsabilidade.

11

Como explicar a Organização em Ciclos para a comunidade escolar?

É importante não transformar essa mudança em uma grande revolução. A participação da comunidade nas decisões da escola já é algo que deve existir nas Unidades Escolares do Distrito Federal, como concebido pela Lei de Gestão Democrática. É essencial essa participação e envolvimento da comunidade, com o esclarecimento dos princípios e das

diretrizes da Organização Escolar em Ciclos e não uma visão deturpada sobre educação tradicional.

Qualquer comunidade envolvida com a qualidade do ensino será parceira da Unidade Escolar e contribuirá para esse momento de implantação da proposta. O trabalho em rede é essencial numa perspectiva de corresponsabilização e trabalho participativo.

12

Qual a proposta de avaliação nos Ciclos para as Aprendizagens?

A avaliação possui diversas funções. Contudo, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF entende que, na avaliação formativa, estão as melhores intenções para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende.

A avaliação formativa é também chamada de avaliação para as aprendizagens. Tem como foco o processo de ensino e aprendizagem e pretende aperfeiçoá-lo, mediante o

uso de uma perspectiva de interação e de diálogo, respondendo a professores e estudantes, na lógica do feedback e da autoavaliação, utilizando a avaliação diagnóstica como potencializadora da ação.

A avaliação diagnóstica é realizada geralmente no início de um processo de aprendizagem, e tem como função obter informações sobre os conhecimentos, as aptidões e as competências dos estudantes.

Ela tem como objetivo identificar as experiências e aprendizagens dos estudantes com a finalidade de favorecer a escolha do trabalho mais adequado. Tem aspecto preventivo e seus resultados servem para explorar, identificar, adaptar e prever acerca das aprendizagens dos estudantes.

Desse modo, pretende-se garantir a intencionalidade no processo de ensinar e aprender. É necessário, portanto, que se consiga antever para planejar as situações de oferta e garantia das aprendizagens. Isso diz respeito ao processo formativo da avaliação (DISTRITO FEDERAL, 2014b).

13

Quais podem ser as estratégias pedagógicas utilizadas na perspectiva da avaliação formativa?

É importante ressaltar que não são os instrumentos ou procedimentos que definem a função formativa, mas a intenção do avaliador, no caso, o docente e o uso que faz deles (HADJI, 2001).

O professor tem autonomia para definir as estratégias que fundamentarão o fazer didático-pedagógico

no cotidiano de sua sala de aula, devendo ser as mais diversas possíveis. Existem um rol exemplificativo e descritivo nas Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 2º e 3º Ciclos das Aprendizagens e documentos oficiais da SEEDF, conforme destacamos abaixo.

EXEMPLOS DE ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 2º e 3º Ciclos para as Aprendizagens

- Reagrupamentos
- Contrato didático
- Atividades diversificadas
- Tempestade cerebral
- Estudo dirigido
- Phillips 6/6
- Grupo de verbalização e
- de observação (GV/GO)
- Seminário
- Estudo de caso
- Júri simulado
- Estudo do meio
- Oficina
- Projeto Interventivo

14

Como serão utilizadas as redes de apoio: Sala de Recursos, Sala de Apoio à Aprendizagem, SOE e Equipes Especializadas?

As redes de apoio devem dar suporte ao trabalho docente, com a avaliação diagnóstica, as estratégias de intervenção (reagrupamentos e projeto interventivo), bem como auxiliar no desenvolvimento de atividades diversificadas para potencializar o processo de aprendizagem dos estudantes. É impor-

tante observar suas atribuições definidas nos regimentos da SEEDF e utilizar as orientações pedagógicas da SEEDF, procurando sempre participar do planejamento e do desenvolvimento das atividades de forma coletiva e em consonância com o projeto político-pedagógico da escola.

15

Já existe alguma proposta de avaliação do estudante ou cada escola irá definir de acordo com o PPP?

A avaliação deve respeitar as Diretrizes da Avaliação Educacional (DISTRITO FEDERAL, 2014b), documento oficial que disciplina e define a concepção de avaliação admitida pela SEEDF.

A referida Diretriz discute concepções, procedimentos e instrumentos avaliativos que devem constar nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, especialmente nas práticas avaliativas realizadas no cotidiano das Unidades Escolares, inclusive das instituições conveniadas com esta Secretaria. São diretrizes que se constituem, juntamente com a Proposta Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o Regimento Escolar das Escolas Públicas do DF e o Currículo da Educação Básica (2014), suporte didático-pedagógico e teórico-metodológico para o planejamento, o desenvolvimento, a organização e a avaliação do trabalho pedagógico na Educação Básica e suas respectivas modalidades.

A Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural são as bases teóricas que fundamentam o Currículo da Educação Básica e corroboram os pressupostos consolidados nessas Diretrizes por meio da avaliação formativa, que embasa e direciona fortemente os objetivos educacionais que se materializam, de fato, na escola e na sala de aula.

As Diretrizes de Avaliação Educacional objetivam organizar e envolver – de maneira articulada – os três níveis da avaliação: aprendizagem, institucional e em larga escala, tendo a função formativa como indutora dos processos que atravessam esses três níveis, comprometendo-se com a garantia das aprendizagens de todos.

A concepção de educação defendida e almejada pela SEEDF é a Educação Integral. Nessa perspectiva, o ser em formação é multidimensional, com identidade, história, desejos, necessidades e sonhos, isto é, um ser único, especial e singular,



na inteireza de sua essência, na inefável complexidade de sua presença. Ao valorizar o ser humano multidimensional e os direitos coletivos, a Educação Integral provoca ruptura estrutural na lógica do poder punitivo comumente percebido nos processos avaliativos e fortalece o comprometimento com a Educação para a Diversidade, Cidadania, Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

Nesse sentido, avaliar não se resume à aplicação de testes ou exames. Também não se confunde com medida. Medir é apenas uma pequena parte do processo avaliativo, correspondendo à obtenção de informações. Analisá-las para promover intervenções constantes é o que compõe o ato avaliativo. Por isso, as afirmativas de que, enquanto se

aprende se avalia e enquanto se avalia ocorrem aprendizagens, são válidas tanto por parte do docente quanto do estudante. Esse processo é conhecido como avaliação formativa, ou seja, avaliação para as aprendizagens (VILLAS BOAS, 2013). A Rede Pública de Ensino do Distrito Federal preconiza que a avaliação, categoria central da organização do trabalho pedagógico, faz reverberar suas intencionalidades sociopolíticas, comprometidas com a educação pública de qualidade referenciada nos sujeitos sociais, quando avalia na perspectiva da progressão continuada da aprendizagem de todos. A progressão continuada não pressupõe promoção automática, mas a ampliação do tempo escolar visando respeitar os tempos de aprendizagens de cada estudante.

16

Não terá prova no sistema de ciclos?

Sim, a prova é um dos instrumentos e não o único. Não são os instrumentos ou procedimentos que o professor utiliza que irão definir se

a avaliação assume a função formativa ou somativa, o diferencial está na intenção do avaliador, e na utilização desses instrumentos. Assim,

qualquer instrumento, inclusive a prova, pode ser utilizada. Sugere-se a utilização de diferentes formas de

avaliar que contribuam para a conquista das aprendizagens por parte de todos os estudantes.

17

O que é progressão continuada?

Os conceitos de progressão continuada e promoção automática são comumente confundidos, porém é preciso esclarecer, pois apresentam conceitos totalmente diferenciados. Na promoção automática não existe preocupação com a avaliação, o processo então se constitui sem orientação e sem cobrança. Não utilizar critérios para acompanhamento das aprendizagens esbarra na desmotivação dos partícipes.

Já, a progressão continuada, ao contrário, trata da ampliação de tempo escolar, pois considera, em vez de anos, ciclos para as aprendizagens. Nesta perspectiva deve se considerar os blocos para análise do alcance dos objetivos dessa etapa e a decisão sobre a aprovação ou retenção do estudante.

Considerar um tempo escolar mais amplo com a justificativa da con-

cepção sobre o ensino e a aprendizagem, reafirma a preocupação com as diferenças. Sabe-se, comprovadamente, que os estudantes têm diferentes habilidades e, por isso, diversas maneiras e ritmos para aprender.

Com isso a avaliação assume papel central em suas funções: formativa, diagnóstica e processual, devendo visar mudanças efetivas para uma escola que supere a seriação, assim como um acompanhamento pedagógico sistemático aos estudantes pautado na lógica do processo que veja o ‘erro’ como uma possibilidade construtiva.

Considerando esses aspectos, as unidades escolares organizadas em Ciclos para as Aprendizagens devem ampliar a discussão das Diretrizes da Avaliação Educacional (DIS-TRITO FEDERAL, 2014b).



18

Quais as formas de registro de avaliação para o Ensino Fundamental?

A avaliação é realizada por meio da observação e do acompanhamento contínuo das atividades individuais e coletivas, com o objetivo de se constatar os avanços obtidos pelo estudante e favorecer o (re)planejamento docente, considerando as dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem, bem como a busca de soluções.

- No 1º ano e no 2º ano do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, a avaliação não assume caráter promocional ano a ano, sendo admitida a retenção apenas no 3º ano;
- Nos, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental das Unidades Escolares orga-

nizadas em Ciclos para as Aprendizagens, o caráter processual e contínuo da avaliação formativa deve ocorrer, podendo haver retenção somente ao final do segundo bloco (5º ano) do ensino fundamental;

- Os resultados das avaliações são registrados, sob forma de Relatórios de Avaliação-RAV, compartilhados com as famílias e/ou os responsáveis legais e o próprio estudante ao final de cada bimestre. O RAV é documento de escrituração escolar, compondo o dossiê do estudante, e deve acompanhá-lo quando de sua transferência.

No Ensino Fundamental - Anos Finais

Os critérios adotados para a avaliação da aprendizagem deverão estar em consonância com o Currículo da Educação Básica e com as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF.

A avaliação formativa pressupõe o diagnóstico contínuo das condições de aprendizagem dos estudan-

tes, a fim de identificar os aspectos exitosos e aqueles que merecem ser melhorados, bem como promover a intervenção imediata em favor do seu desenvolvimento. A avaliação formativa busca evidências de aprendizagens por meio de instrumentos e de procedimentos variados, não sen-

do aceito um único meio para avaliar, para aprovar ou para reprovar.

Os instrumentos e procedimentos da avaliação formativa incluem avaliação por pares ou colegas:

- I - provas;
- II - portfólio ou webfolio;
- III - registros reflexivos;
- IV - seminários;
- V - pesquisas;
- VI - trabalhos em pequenos grupos;
- VII - autoavaliação;
- VIII - outros

Os resultados bimestrais e finais da avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais, deverão ser expressos por meio de notas, que variam numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

Nas unidades escolares organizadas em Ciclos para as Aprendizagens, a avaliação não assume caráter promocional ano a ano, sendo admitida a retenção apenas no 7º ano e no 9º ano. Nos 6º e 8º anos, os resultados finais da avaliação deverão ser expressos por meio de notas que variam em uma escala de 5,0 (cinco) a 10,0 (dez).

O Diário de Classe contém campos próprios para a realização dos registros das diferentes estratégias e dos instrumentos de avaliação definidos

pelo coletivo escolar, bem como para a descrição do crescimento e das dificuldades evidenciadas no desenvolvimento e nas aprendizagens dos estudantes ao longo do processo pedagógico. Há também espaço para a descrição das ações e atividades realizadas para a recuperação dessas aprendizagens. As Unidades Escolares organizadas em Ciclos possuem interface do diário web com adaptações feitas para facilitar a observação das estratégias de acompanhamento dos estudantes.

A Ata do Conselho de Classe deverá ser preenchida por professor, podendo ser o professor conselheiro da turma, sendo que os encaminhamentos serão propostos pelo grupo participante durante o Conselho. As reuniões do Conselho de Classe devem se tornar um momento de reflexão sobre o trabalho pedagógico da unidade escolar como um todo. Esse documento da escrituração escolar deve garantir o registro do Conselho de Classe e terá como finalidade a de garantir a materialidade de todo o diálogo feito pelo colegiado e de tornar visíveis os encaminhamentos realizados que podem ser retomados em diferentes momentos, com vistas ao planejamento do trabalho pedagógico.



Para que as discussões do Conselho de Classe não sejam realizadas em momentos isolados, os encaminhamentos propostos para o bimestre deverão ser retomados a cada reunião do Conselho de Classe, a fim de realizar uma avaliação e redirecionamento das ações, caso necessário, desenvolvidas nesse período.

19

Como será o boletim escolar?

O boletim, para uso dos Anos Finais, é um relatório de notas que pode ser impresso e entregue, após ser gerado pelo sistema i-Educar. Esse reflete as aprendizagens registradas pelo estudante e tem como função o acompanhamento pelo responsável do desenvolvimento do estudante. Nos Anos Iniciais, os resultados das aprendizagens são registrados, sob forma de Relatórios de Avaliação-RAv.

20

Como fazer para acompanhar os estudantes que não conseguem alcançar os objetivos de aprendizagem naquele bloco?

A utilização da avaliação formativa deve favorecer a identificação precoce desses estudantes e a utilização de estratégias interativas deve ser imediata para formar ou resgatar a formação desses estudantes para que tenham sua trajetória organizada neste percurso.

21

Existe reprovação na Organização Escolar em Ciclos?

A retenção será admitida somente ao final do 1º Bloco e do 2º Bloco do 2º e 3º Ciclos, justificada pela escola com a realização de Conselho de Classe (com a participação de professores, equipes de apoio, gestores), mediante registros sistematizados ao longo do processo que evidenciem as estratégias adota-

das pelo professor para atender as necessidades de aprendizagens do estudante. Existe possibilidade de retenção ao final dos blocos, caso se constate que, mesmo tendo vivenciado diferentes oportunidades de aprendizagem, não alcançaram os objetivos previstos para o final de cada um desses períodos.

22

Como incentivar os estudantes e professores sem a possibilidade de reprovação?

A reprovação não deve ser utilizada como mecanismo de punição, nem mesmo como estratégia pedagógica, ela é sim, uma medida extrema tomada quando não há possibilidade de o aluno avançar. O papel e a função do professor estão atrelados à autoridade que é garantida quando ele trata os estudantes com respeito, domina os conteúdos de sua disciplina e apresenta propostas desafiadoras intelectualmente, que os façam

progredir. É preciso deixar de buscar os culpados pelo fracasso escolar ou apenas imputá-lo aos estudantes, é preciso partilhar as responsabilidades. A motivação dos alunos deve ser aprender e não apenas passar de ano. Existem muitas outras formas de incentivar os estudantes. Veja algumas:

- Manifestar-se entusiasmado pelas atividades realizadas com os alunos, constituindo um modelo ou exemplo de motivação para eles;



- Clarificar, logo no início do ano letivo, o “porquê?” da sequência dos conteúdos programáticos da disciplina que leciona, levando os alunos a aperceberem-se da coerência interna entre as matérias a aprender e a adquirirem uma perspectiva global dessas aprendizagens;
- Explicitar o “para quê?” das matérias do programa da disciplina que leciona, em termos da sua ligação à realidade fora da escola e da sua relevância para o futuro dos alunos;
- Alargar a perspectiva temporal de futuro dos alunos, levando-os a valorizar certas metas para cujo alcance a escola constitui um meio ou instrumento, contribuindo

do para que eles não se limitem a uma atitude imediatista e consumista face às alternativas facultadas pela sociedade atual;

- Procurar saber quais são os interesses dos alunos e o nome próprio de cada um deles;
- Criar situações em que os alunos tenham um papel ativo na construção do seu próprio saber;
- Aproveitar as diferenças individuais na sala de aula, levando os alunos mais motivados, com mais conhecimentos ou que já compreenderam as explicações do professor a apresentarem os conteúdos aos outros alunos com mais dificuldades, contribuindo para uma maior compreensão e construção do conhecimento por todos.

23

Qual papel assume o Conselho de Classe na Organização Escolar em Ciclos?

O Conselho de Classe ganha destaque como colegiado se for compreendido como espaço e tempo de avaliação do desempenho do estudante, do professor e da escola. Sua correta utilização implica refletir so-

bre a função social da escola, uma vez que tem a avaliação formativa como articuladora e as aprendizagens dos estudantes como finalidade.

Nos momentos em que se realizam os Conselhos de Classe,

professores, coordenadores, supervisores, orientadores educacionais, pedagogos e demais profissionais, estudantes e familiares avaliam e definem ações e, assim, vão consolidando a perspectiva de participação, bem como de diálogo sobre as aprendizagens que ocorrem na escola. Além de identificar os saberes ainda não conquistados, os Conselhos de Classe são momentos de reconhecimento dos progressos dos estudantes, das práticas que são ou não adequadas para a promoção das aprendizagens.

O Conselho de Classe deve ser uma instância participativa e lugar primordial de avaliação e de reorganização dos espaços e tempos escolares, considerando não só os objetivos explicitados no Currículo da Educação Básica (DISTRITO FEDERAL, 2014), no Projeto Político-Pedagógico

das escolas e nas Diretrizes de Avaliação Educacional (DISTRITO FEDERAL, 2014b), mas também os sentidos atribuídos pelos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem.

Destaca-se a importância da ata ou formulário para registros do Conselho de Classe com a finalidade de garantir a materialidade de todo o diálogo feito pelo colegiado e de tornar visíveis os encaminhamentos realizados e que podem ser retomados em diferentes momentos, com vistas ao planejamento do trabalho pedagógico.

O orientador educacional é um profissional que pode contribuir significativamente nesse colegiado, tanto para o diálogo dentro da instância Conselho de Classe como também na articulação das intervenções facilitadoras das aprendizagens apontadas pelo colegiado.



24

Como proceder a transferência de estudantes das Unidades Escolares que já implementaram a Política de Organização Escolar em Ciclos?

A transferência se dá conforme preconiza o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF. A transferência do estudante nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é realizada por meio da expedição do Histórico Escolar acompanhado do Relatório de Avaliação - RAV.

A transferência do estudante nos Anos Finais do Ensino Fundamental é realizada por meio da expedição do Histórico Escolar, acompanhado da Ficha Individual do Estudante e Trans-

ferência - FIAT, e sempre que solicitado, de informações complementares sobre as aprendizagens alcançadas e os procedimentos trabalhados.

No caso de transferência de estudantes oriundos de escolas com organização seriada, deve-se fazer uma análise do histórico escolar para fazer a correspondência, quando for o caso, lembrando que o estudante nunca poderá retroceder na sua formação e sempre poderá avançar.

25

Como fica a modulação na escola?

O atendimento realizado não sofre alterações com a mudança de

organização escolar, portanto terá a mesma modulação de outrora.

26

O que mudará na enturmação dos estudantes nas unidades escolares com a Organização Escolar em Ciclos?

A enturmação acontecerá de acordo com a estratégia de matrícula proposta pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Esse documento apresenta-se como importante instrumento de diálogo entre as diversas instâncias da SEEDF, concretizando o planejamento de ações estratégicas que garantem a oferta de vagas à comunidade e uniformização dos

processos a serem implementados pelas unidades escolares.

A oferta de vagas nas diferentes etapas e modalidades de ensino, bem como a constituição de turmas, obedecidos os limites mínimo e máximo previstos na estratégia de matrícula, será definida em função da capacidade de atendimento da UE, considerados os critérios pedagógicos (modulação mínima e máxima) e físicos (capacidade física).

27

Como enturmar os estudantes ANEE nas turmas de ensino regular com a ampliação do ciclo?

Essa enturmação atende aos critérios já definidos nos procedimentos da estratégia de matrícula.

A efetivação de matrícula dos ANEE contemplados com vaga está condicionada à confirmação na listagem geral encaminhada a cada UE e nos outros meios de divulgação dos resultados.

O estudante da Educação Especial passará por estudo de caso anual,

realizado com a participação da Equipe Gestora, do Coordenador Pedagógico, do professor regente e dos profissionais do AEE e do SOE, para adequação dos procedimentos de atendimento educacional. O Estudo de Caso com previsão de mudança no tipo de enturmação será realizado pelo SEAA com a participação do AEE, do SOE, da Equipe Gestora, do Coordenador Pedagógico, do professor regente.



28

Como deve acontecer o atendimento aos estudantes da Educação Especial?

Na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência, Transtornos Globais de Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando

para o atendimento às necessidades educacionais desses estudantes (MEC/SEESP, 2008, p.9).

O atendimento desses estudantes na Organização Escolar em Ciclo corrobora com a proposta de inclusão desses. A Organização Escolar em Ciclos coaduna com a proposta de Educação Inclusiva. Esses estudantes estarão então nas turmas regulares, com a exceção das turmas especiais que possuem regras diferenciadas de acordo com a estratégia de matrícula.

29

A quantidade de estudantes por turmas será reduzida com a implantação dos Ciclos?

A diminuição de estudantes por turma foi uma estratégia ofertada às escolas que participaram do processo de implantação da proposta de ciclos. Porém, para a implantação da

política pública, o número de estudantes deve respeitar o informado na Estratégia de Matrículas do corrente ano, que é documento oficial da SEE-DF e disciplina tal ação.

30

Como fazer o reagrupamento em uma escola que não possui espaço físico adequado? Seriam formadas novas turmas (estudantes que alcançaram os objetivos e os que ainda não alcançaram) durante o ano letivo?

O trabalho com reagrupamento possui duas classificações: intra-classe e interclasse.

O Reagrupamento intraclasse, como o próprio nome indica, consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, durante o horário das aulas, de acordo com suas dificuldades de aprendizagem ou suas potencialidades. Em determinados momentos, as atividades podem ser as mesmas, com concepções e utilizações diferenciadas.

O Reagrupamento interclasse é uma dinâmica que enriquece e alarga as experiências estudantis e docentes por meio do diálogo entre as turmas. Vale ressaltar que o Reagrupamento interclasse não implica a formação de novas turmas: os estudantes continuam registrados nos Diários de Classe em suas turmas de origem.

As vantagens do reagrupamento interclasse é o fato de propiciar ao professor percepções diversas sobre os estudantes, fortalecendo a interlocução

entre os professores envolvidos e tornando-os corresponsáveis pelas aprendizagens de todos os estudantes.

Todos os espaços da escola devem ser utilizados para garantir o momento de reagrupamento, assim professores das turmas e outros profissionais da escola distribuem-se na organização e acompanhamento do trabalho de cada grupo, considerando-se especificidades, experiências e campos de interesse de cada um.

A quantidade de vezes por semana em que o Reagrupamento acontecerá e seu tempo de duração deve ser definido de acordo com os objetivos de aprendizagem a serem trabalhados. As atividades desenvolvidas, o período de tempo de realização e os critérios utilizados para a formação dos grupos devem ser registrados no Diário de Classe, assim como as avaliações realizadas para acompanhamento do desempenho dos estudantes, nas atividades do Reagrupamento.



31

Qual a relação do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares - PAAE com a proposta dos Ciclos para as Aprendizagens?

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio da Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB, no intuito de subsidiar e normatizar o trabalho pedagógico de correção da defasagem idade-anos nas unidades escolares de Ensino Fundamental da Rede Pública do DF, apresenta o Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares - PAAE, com vigência de 2016-2018, aprovado pelo Conselho de Educação do DF por meio do Parecer nº 43/2016-CEDF e Portaria nº 69/ SEEDF, de 14 de março de 2016. O objetivo do programa é garantir ao estudante o direito de aprender e ser promovido.

No ano de 2015, o Censo Escolar (SEEDF) verificou a presença de 62.900 estudantes em defasagem escolar, ou seja, estudantes

que possuem dois ou mais anos de defasagem de idade em relação ao ano escolar esperado. Deste universo total de estudantes, encontram-se matriculados nos Anos Iniciais 19.769 (13,16%) e 43.131 (31,93%) nos Anos Finais. Os números refletem a necessidade de um esforço conjunto e do contínuo aprimoramento das políticas públicas que promovam o avanço das aprendizagens escolares desses estudantes, na Rede Pública de Ensino do DF.

Dessa forma, as turmas de PAAE continuarão existindo. A partir da ampliação do ciclo, da reorganização do trabalho pedagógico e das mudanças nas concepções e práticas avaliativas, espera-se que o número dessas turmas seja reduzido, gradativamente.

32

Serão destinados professores específicos para o desenvolvimento do Projeto Interventivo?

Não. O projeto interventivo é uma estratégia didático-pedagógica que deve ser planejada, desenvolvida, acompanhada e avaliada pelos profissionais da escola. A carga residual dos professores deve ser utilizada para a realização dos projetos. A escola pensará atividades para o Projeto Interventivo considerando as condições reais para o seu desenvolvimento.

33

Os livros utilizados serão os mesmos do sistema seriado?

Sim. Os mesmos escolhidos pelos professores da Rede. A participação no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD é uma ação por adesão que o Distrito Federal o faz como os demais Estados e ainda não possui uma diferenciação pela organização escolar adotada.



Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

DISTRITO FEDERAL. Currículo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014. <<http://www.se.df.gov.br/component/content/article/282-midias/443-curriculoemmovimento.html>>

DISTRITO FEDERAL. Diretrizes de Avaliação Educacional: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. Brasília, D.F.; 2014b.

DISTRITO FEDERAL. Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo para as Aprendizagens: BIA e 2º Bloco. Brasília, D.F.; 2014c.

DISTRITO FEDERAL. Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 3º Ciclo para as Aprendizagens. Brasília, D.F.; 2014d

DISTRITO FEDERAL. Plano Distrital de Educação: <http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2015/07_Julho/DODF%20N%C2%BA%20135%20de%2015-07-2015%20SUPLEMENTO/DODF%20N%C2%BA%20135%20SUPLEMENTO.pdf>

HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

JESUS, S. N. Estratégias para motivar os alunos. Educação, 1 (2008), pp. 21-29.

JESUS, S. N. Influência do professor sobre os alunos. Porto: ASA Editores, 1996.

LEI Nº 4.751, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2012. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. <http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2012/02_Fevereiro/DODF%20N%C2%BA%20029%2008-02-2012/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20029.pdf>, página 1.

PORTARIA Nº 285, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013. Parecer nº 225/2013 - CEDF, de 26 de novembro de 2013, do Conselho de Educação do Distrito Federal. Aprovar o Projeto de Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens na Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos iniciais: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2013/12_Dezembro/DODF%20N%C2%BA%20261%2009-12-2013/Se%C3%A7%C3%A3o%2001%20-%20261.pdf - página 6

PORTARIA Nº 304, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013. Parecer nº 251/2013-CEDF, de 17 de dezembro de 2013, do Conselho de Educação do Distrito Federal. Aprovar o Projeto Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens nos Anos Finais do Ensino Fundamental: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2013/12_Dezembro/DODF%20N%C2%BA%20283%2031-12-2013/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20283.pdf - página 47

RUDDUCK, J. Innovation and change. Milton Keynes: Open University, 1991.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. SOARES, Enilvia R. Morato. Dever de Casa e Avaliação. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

